



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
COORDENAÇÃO OPERACIONAL DE ENSINO DE GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA  
INSTITUTO DE ARTES  
DEPARTAMENTO DE ARTES CÊNICAS

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO EM LICENCIATURA PLENA EM  
ARTE PARA A CIDADE DE RIO BRANCO, 2006-2011**

Françoise Pessoa Cavalcante

Rio Branco-AC  
2011

**FRANÇOISE PESSOA CAVALCANTE**

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO EM LICENCIATURA PLENA EM  
ARTE PARA A CIDADE DE RIO BRANCO, 2006-2011**

Trabalho apresentado ao Departamento de Artes  
Cênicas da Universidade de Brasília, como requisito  
básico para obtenção do título de Licenciado em  
Teatro, com Habilitação em Artes Cênicas.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Agra Guimarães

Rio Branco-AC  
2011

*Não evoluímos sem a presença do outro. Eu posso não ser eu, mas sim, o outro, se assim você preferir, mas não me peça para ser outra pessoa.*

(Françoise Pessoa)

## **DEDICATÓRIA**

À família de minha casa e à da casa de minha mãe, pois aquela casa ainda é meu porto seguro.

Especialmente ao meu filho Pablo Emílio que esteve presente e paciente durante quatro anos, sem sair e sem arredar o pé.

À minhas irmãs, Franciormi e Ormifran que sempre estiveram ao meu lado em tudo que faço.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que me socorreu em todas as minhas aflições durante este processo.

A todos os professores e coordenadores da UAB/UnB, UFAC e FAAO por terem tido paciência e por concederem informações certas.

Ao meu filho Pablo Emílio e aos meus Rogérios, que tiveram paciência para suportar minha ausência, mesmo estando eu, presente.

A minha mãe e a minhas irmãs.

A todos os professores e Artistas do centro de Multimeios de Rio Branco, estendendo ao Prof. Moacir Fecury, ex-Secretário de Educação de Rio Branco. Eles me mostraram a beleza da Arte-Educação.

A uma amiga muito especial, Marília Bomfim, pelos incentivos e ajuda durante os momentos mais críticos desta graduação e pelo meu primeiro e até então único computador, sem ele e sem ela seria impossível atravessar este processo de ensino a distância.

A minha irmã Ormifran, por ter sido parceira durante todo processo de elaboração e conclusão desta dissertação.

A colaboração das professoras Andrea Cristina Mendes, Ana Maria Agra (minha orientadora), Úrsula Maia, Marco Lenísio e a todos os colegas de curso.

As professoras das escolas que pesquisei, onde fiz estágios, por me receberem sempre tão bem.

À Sandreia San, por ter me alfabetizado com a linguagem do computador.

## **RESUMO**

A presente pesquisa enfoca a importância da criação e implantação dos cursos de licenciatura plena na área de arte, bem como, a formação de professores como necessidade urgente para a consolidação do ensino/aprendizagem das linguagens artísticas nas escolas de Rio Branco/AC. Relata e registra sinteticamente a história da Arte-Educação no referido município e no Brasil, fazendo referência às Leis de Diretrizes e Bases para Educação Nacional. Situa os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN como ferramenta importante para professores que atuam no processo de ensino/aprendizagem da arte na escola em uma realidade de escassez e insuficiência de profissionais especializados nesta área da educação. Registra as instituições de ensino que oferecem os cursos de arte, e respectivas linguagens disponibilizadas para a cidade de Rio Branco. Analisa o perfil e a qualificação dos professores que compõem o quadro docente da rede pública de ensino e sua evolução após a criação dos cursos de arte, com alguns profissionais atuando no mercado de trabalho. Tem o objetivo de despertar para uma reflexão mais acurada sobre a ação dos responsáveis pelos rumos da educação nacional, considerando a emergência de criar maiores oportunidades de formação superior ao arte-educador, tendo em vista a realidade do ensino da arte na escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arte-Educação, Formação de Professores, Polivalência.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
 CAPÍTULO I – HASTEANDO A BANDEIRA DA ARTE EDUCAÇÃO.....	10
1.1 – Trajetórias do Ensino de Arte no Brasil.....	10
1.2 – As Leis de Diretrizes e Bases para Educação Nacional e o Ensino de Arte.....	13
1.3 – Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN.....	15
 CAPÍTULO II – RIO BRANCO ABRE AS CORTINAS E RECEBE EM SEU PALCO O ENSINO DA ARTE EM NÍVEL SUPERIOR .....	18
2.1 – O Surgimento e Acomodações das Licenciaturas em Arte na Cidade de Rio Branco.....	18
2.2 – A Qualificação do Ensino em Rio Branco a partir da Criação e Implantação dos Cursos de Arte em Nível Superior.....	23
 CAPÍTULO III – REFLEXÕES E PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DA ARTE NAS ESCOLAS DE RIO BRANCO.....	26
3.1 – Reflexão sobre o Benefício da Qualificação dos Professores.....	26
3.2 – O que temos que mudar hoje para conseguir mais qualidade no ensino/aprendizagem da Arte em Rio Branco?.....	29
 CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS.....	35

## INTRODUÇÃO

O ensino da Arte na escola, por ser uma área de abordagem recente pela educação nacional, desperta muitas indagações, como por exemplo: O que é o ensino de Arte? Qual a função do ensino da arte na escola? Para quê serve o ensino da arte para a vida do sujeito? Várias pessoas já tiveram esse tipo de dúvidas no âmbito de outras disciplinas, obtendo respostas durante todo período escolar. Quanto ao ensino da Arte como disciplina é uma área nova e requer maiores explicações, principalmente nesta fase de consolidação.

Herdeira de momentos históricos que visavam principalmente o desenvolvimento educacional do Brasil, a Arte Educação surge como área de conhecimento, ela não proporciona somente o fazer artístico, mas tem um caráter transdisciplinar, permitindo interlocução com outros conhecimentos, bem como, mostrar caminhos e olhares alternativos sobre o mundo e a sociedade que nos rodeia. Através do ensino da arte é possível formar cidadãos mais críticos e conscientes de sua participação no mundo, pessoas capazes de transformar o velho modo de ser em novo e colocar o novo como evolução do velho. Duarte Jr (2001), em seu livro intitulado “O Sentido dos Sentidos – A Educação (do) Sensível” anunciava que aprendemos sempre com o mundo vivido e que este não pode ser deixado de lado, somente após as experiências sentidas pelo corpo, poderemos anexar outros saberes, assim diz Duarte Jr.:

De pronto e ao longo da vida aprenderemos sempre com o “mundo vivido”, através de nossa sensibilidade e nossa percepção, que permite nos alimentemos dessas espantosas qualidades do real que nos cerca: [...] se insistirá, pois, na necessidade atual e algo urgente de se dar maior atenção a uma educação do sensível, a uma educação do sentimento, que se poderia muito bem denominar *educação estética*. (DUARTE JR., 2001, p. 13.)

De certo, nada melhor para educação do sensível do que o ensino da Arte em proporções que abarque a todos. Portanto, o ensino de arte na escola é fundamental para uma educação estético-artística. Antes mesmo de elaborar o presente estudo, a temática se nos apresentou, como uma contribuição significativa à sociedade, principalmente para o segmento que busca formação superior. Este trabalho é um registro documental sobre o histórico e a história do ensino da arte na cidade de Rio Branco.



A pesquisa de campo para realização desta monografia ocorreu no ano de 2011, realizamos entrevistas e questionários com coordenadores e docentes dos cursos de licenciatura plena em Arte, bem como, com estudantes e recém-formados, entre os meses de março a outubro e foi uma das ferramentas mais utilizadas para levantar os dados sobre o assunto. Algumas referências bibliográficas contribuíram em muito, a exemplo da obra de Favilla Lobo (2010).<sup>1</sup>

O primeiro capítulo trata da história do ensino da arte no Brasil desde o século XIX até os dias atuais. Expõe as Leis de Diretrizes e Bases para educação no Brasil e registra os Parâmetros Curriculares Nacionais como ferramenta importante para professores de Arte.

O segundo capítulo deste trabalho faz um apanhado sobre a situação do ensino superior na área de arte, informa sobre as instituições de ensino superior que oferecem cursos de arte, sobre as linguagens disponibilizadas e sobre o perfil do professor que está se integrando no mercado de trabalho, bem como, sobre aqueles que já estão atuando na rede pública de ensino cidade de Rio Branco.

O último capítulo analisa os benefícios e qualidades que a criação dos cursos trouxe para o ensino de arte em Rio Branco. Aborda também os benefícios que a população como um todo, não só o segmento de arte-educadores ou o ensino básico de Rio Branco, mas a comunidade ganhou com a criação dos cursos e de como pode prosseguir potencializando tais benefícios.

Esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar o assunto da arte-educação em Rio Branco, podendo ser um ponto de partida para novas investigações, sempre no sentido de contribuir para a formação de arte-educadores mais influente em sua sociedade.

---

<sup>1</sup> FAVILLA LOBO, Andrea Maria. **Experiência e formação: o fazer teatral nas trajetórias docentes**, 2010. (Tese de Doutorado)

# CAPÍTULO I

## HASTEANDO A BANDEIRA DA ARTE-EDUCAÇÃO

### 1.1 – Trajetórias do Ensino de Arte no Brasil

A origem do ensino da arte no Brasil se deu de forma técnica, ainda no século XIX. A origem deste ensino na esfera formal é a ideia de arte como técnica. Porém, vale dizer que a Academia Imperial de Belas Artes (1816) contribuiu em muito para o ensino da arte no Brasil, foi ela que iniciou este ensino trazendo grandes nomes. Neste período, o ensino da arte era um tanto elitizado e visava identificar, formar e/ou aperfeiçoar os artistas nacionais. Para isso utilizavam-se das imagens e modelos europeus, já que estes artistas formadores eram da Europa.

De forma legal, temos que lembrar que, em 1854, um Decreto Federal constituiu a música e o canto orfeônico como matérias curriculares nas escolas públicas. Com isso, as crianças e adolescentes em fase escolar tiveram acesso ao ensino da arte.

A imitação de imagens, no início do século XX, foi um resultado ainda do século anterior. As escolas brasileiras ensinavam os desenhos e trabalhos manuais valendo-se de modelos, sendo estas as reproduções que dominavam esta fase do ensino de arte nas escolas, manifestando um caráter tecnicista. Ainda falando da origem do ensino da arte no Brasil, registramos que as artes plásticas predominaram nesta fase.

A disciplina Desenho, apresentada sob a forma de Desenho Geométrico, Desenho do Natural e Desenho Pedagógico, evidenciava-se pela busca e predominância de reprodução naturalista e figurativa das formas, preocupação com a utilização normativa de instrumentos e a reprodução de clichês; ou seja, era considerada mais por sua função do que uma experiência artística. (PCN – Arte, p. 23 e 24)

Os modelos foram aceitos como forma mais eficiente de aprendizagem do fazer artístico. Isso acontecia por muitos pensarem que todo sujeito, para adquirir conhecimento e informações, havia que ser instruído por outrem. Utilizavam as imagens e acreditavam que somente isso era suficiente para ter uma boa atuação e atualização nas suas produções artísticas, e assim foi até os anos 30 do século XX.

Dessa forma, o ensino de arte nas escolas não tinha como fim a própria arte, ou seja, os objetivos deste ensino não abrangiam a arte como linguagem. Esta fase do ensino da arte foi assim caracterizada a partir da concepção Pré-Modernista. Logo após, veio a concepção Modernista, mas as mudanças ainda foram poucas em relação a este

assunto, pois havia muita influência da concepção anterior, melhor dizendo, da arte como técnica.

Por fim, as Escolas Tradicional e Nova dominaram o ensino da arte no Brasil nos primeiros cinquenta anos do século XX. Apesar de se ter dado início à livre expressão no ensino da arte, com a tendência Modernista e ajuda substancial da Semana da Arte Moderna, em 1922, é bom ressaltar que essas tendências tiveram influências do momento histórico que o Brasil estava passando desde o “boom” industrial e a abolição dos escravos. Como disse Ana Mae Barbosa (2002), nesta época o ensino da arte era valorizado pelos governantes como meio de redenção econômica do país e principalmente formação técnica e ajuda humanística para a classe obreira que aumentava a cada dia com os recém-libertos.

A Escola Nova, em 1930, chegou trazendo outra linha de pensamento para o ensino da arte nas escolas. Agora já não eram aceitos os modelos nas produções, sendo substituídos pelos produtos da livre expressão da criança e do adolescente. Somente o que era criado pelos alunos podia ser apreciado e contextualizado. As obras surgiam dentro da subjetividade, liberdade, criatividade, sensibilidade e expressividade dos sujeitos. A concepção da época poderia ser traduzida assim: *não se ensina arte, apenas se expressa*. Foi o momento em que este ensino considerou as criações artísticas das crianças na fase escolar.

A ideia da livre-expressão, originada no expressionismo, levou à ideia de que a Arte na educação tem como finalidade principal permitir que a criança expresse seu sentimento e à ideia de que a Arte não é ensinada, mas expressada. Esses novos conceitos, mais do que aos educadores, entusiasmaram artistas e psicólogos, que foram os grandes divulgadores dessas correntes e, talvez por isso, promover experiências terapêuticas passou a ser considerada a maior missão da Arte na Educação (BARBOSA, 1989, p. 45).

Ainda sob a égide da Pedagogia Nova surgiram as Escolinhas de Arte do Brasil – EAB, em 1948, através do esforço de artistas plásticos preocupados com a formação dos professores, mas principalmente com um ensino da arte fora do âmbito escolar. Estas escolas ensinavam arte dramática, música, dança e, claro, muitas modalidades de artes plásticas. Este incentivo foi bom, por ensinar o fazer artístico não só como resultado da livre expressão, mas também das tendências anteriores a esta, como, por exemplo, técnicas e imagens, surgindo assim, um ensino de arte mais coeso e direcionado para a arte em si.

Esta manifestação de EAB deu origem ao MEA – Movimento Escolinhas de Arte, também em 1948. Este movimento visava difundir e democratizar o ensino de Arte nos Estados do Brasil. Foi igualmente importante para a arte-educação, pois era a única forma de aperfeiçoar artistas e professores para atuação dentro das escolas. Ela possibilitou o fazer artístico e deu novos horizontes na questão democrática do ensino da arte.

Ainda neste panorama, podemos falar sobre a formação de professores após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 5692/71, de 1971, quando estabelece o ensino da arte como matéria obrigatória na sala de aula. Porém não coloca a arte como conhecimento específico, com o ensino e aprendizagem da arte em si, mas como atividade artística e extracurricular. Nesta visão podemos dizer que o Movimento Escolinhas de Arte, editado antes desta Lei, também formava, desde 1948, arte-educadores. Porém, após a aprovação da Lei, artistas e professores formados por aquele Movimento não puderam mais atuar nas escolas, como afirma Barbosa:

A Lei Federal que tornou obrigatório o ensino de artes nas escolas, entretanto, não pôde assimilar, como professores de arte, os artistas que tinham sido preparados pelas Escolinhas, porque, para lecionar a partir da 5ª série, exigia-se o grau universitário, que a maioria deles não tinha. (BARBOSA, 2009, p. 1).

Ainda nesta linha, em 1971, no âmbito da LDB, o governo resolveu colocar à disposição um novo curso. Este formaria professores habilitados para lecionar a nova disciplina que na época se chamava: Educação Artística. Conforme apresenta Barbosa,

O currículo de Licenciatura em Educação Artística na universidade pretende preparar um professor de arte em apenas dois anos, que seja capaz de lecionar música, teatro, artes visuais, desenho, dança e desenho geométrico, tudo ao mesmo tempo, da 1ª à 8ª séries e, em alguns casos, até o 2º grau. (BARBOSA, 2009, p.1).

Barbosa (2009) considera um absurdo querer formar professores de arte em tão pouco tempo e com tantas áreas para atuação. Esses professores teriam que ser polivalentes, ou seja, lecionar as quatro linguagens da arte que conhecemos hoje e mais o desenho, inclusive o desenho geométrico.

As Escolinhas de Arte deram grandes contribuições para o ensino de arte que temos hoje no Brasil, permanecendo por muitos anos, e passaram por algumas alterações ao longo dos processos de mudanças governamentais, como à época da ditadura militar. O regime militar proporcionou a volta das aulas de arte dentro das escolas, mas novamente de forma técnica. Aquele governo visava o crescimento do país e as aulas de

arte serviriam também para ensinar técnicas de desenhos, proporcionar lazer nas festividades nacionais, como nos dias das mães, páscoa, entre outras.

O Movimento Escolinhas de Arte adentra a década de 80 do século XX, trazendo à tona as aulas de educação artística ainda como disciplina. Nesse período, arte-educadores novamente utilizaram, em sala de aula, as imagens, desta vez, com um caráter diferenciado - o de apreciação estética. Aqui se inicia o construtivismo e a Nova Sociologia da educação, uma junção entre arte, educação e sociedade.

Toda essa trajetória sobre a arte-educação no Brasil, descrita até este momento, foi de grande valia para chegar à realidade atual, quando o ensino da arte tornou-se disciplina obrigatória no país e é uma área do conhecimento em pleno crescimento. Está se firmando e buscando valorização dentro da educação brasileira e consequentemente dentro e fora dos muros das escolas. Os últimos 20 anos foram marcados por grandes debates e lutas sobre a disciplina Arte, ensejando conquistas significativas. A referida disciplina integra o currículo obrigatório em todos os níveis da educação básica e proporciona a formação estética do sujeito, oferecendo à criança e ao adolescente em fase escolar a oportunidade de conhecerem o mundo e de intervir sobre ele de forma consciente, compreendendo seu papel na sociedade em que está inserido, entre outras possibilidades de ação que o ensino da arte vem proporcionando.

De acordo com o que preconiza o documento Parâmetros Curriculares Nacionais:

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Aprender arte envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve, também, conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas. (PCN – Arte. p. 15)

Neste sentido, o ensino de arte traz uma contribuição de caráter multidisciplinar à formação do aluno, proporcionando-lhe uma percepção mais consciente de seu fazer artístico.

## **1.2 - As Leis de Diretrizes e Bases para Educação Nacional e o Ensino de Arte**

A Lei Federal nº 5692/71, conhecida como a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, foi a primeira a ser aprovada no Brasil e tratava dos novos rumos que a

educação brasileira haveria que tomar a partir de sua criação e aprovação no ano de 1971. A Lei definiu os objetivos e currículos dentro do ensino de todas as áreas de conhecimento da educação no país. Portanto, a matéria arte também foi contemplada. Conforme o PCN:

Até dezembro de 1996 o ensino fundamental esteve estruturado nos termos previstos pela Lei Federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Essa lei, ao definir as diretrizes e bases da educação nacional, estabeleceu como objetivo geral, tanto para o ensino fundamental (primeiro grau, com oito anos de escolaridade obrigatória) quanto para o ensino médio (segundo grau, não obrigatório), proporcionar aos educandos a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania. (PCN, p. 13)

Nesse momento, o ensino da arte na escola era aplicado como “atividade artística” e era reconhecida dentro das escolas como aulas de Educação Artística. Apesar da obrigatoriedade, tal matéria não estava na grade curricular como as demais disciplinas, nem mesmo havia avaliações que reprovassem os estudantes. A Lei deu-lhe a função de ser a parte humanística do currículo escolar, ou seja, ainda não era reconhecida como área específica de conhecimento e sim, lazer, entretenimento e outros. “As artes eram, aparentemente, a única matéria que poderia mostrar abertura em relação às humanidades e ao trabalho criativo, porque mesmo, Filosofia e História foram eliminadas do currículo” (BARBOSA, 2002, p. 9).

Muitos anos se passaram até chegar a hora do reconhecimento sobre a importância do ensino da arte, por parte dos elaboradores das Leis de Diretrizes e Bases da Educação, efetivando esse ensino como parte do conhecimento e como disciplina obrigatória na escola. A Lei de 1996, nº 9394/96, aprovou o ensino-aprendizagem da arte. Entretanto, não foi muito fácil chegar a este ponto, pois os arte-educadores nacionais tiveram que travar grandes debates políticos e educacionais até chegar à aprovação da referida Lei. Muitos debates, entre arte-educadores e governo (via MEC), foram marcados como verdadeiras lutas intelectuais, conceituais e políticas. Enfim, os embates ocorridos ao longo das duas últimas décadas do século passado conseguiram colocar o ensino de arte no patamar que temos hoje, ou seja, a Arte como disciplina curricular obrigatória, trazendo todas as suas especificidades no que se refere aos objetivos de ensino, conteúdos de estudos, metodologias e sistema de avaliação. Conforme o seu enunciado:

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n. 9.394), aprovada em 20 de dezembro de 1996, consolida e amplia o dever do poder público para com a educação em geral e em particular para com o ensino fundamental. Assim, vê-se no art. 22 dessa lei que a educação básica, da qual o ensino fundamental é parte integrante, deve assegurar a

todos “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, fato que confere ao ensino fundamental, ao mesmo tempo, um caráter de terminalidade e de continuidade. (PCN, p.14).

Bom ressaltar ainda que, não só o ensino fundamental foi contemplado com a nova lei, mas todo o ensino básico nacional e este inclui o ensino médio. Agora o ensino da Arte não só ocupa seu lugar e mostra seu valor, mas acima de tudo consegue ser transdisciplinar e como um todo contribui com a educação no Brasil.

### **1.3 – Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN**

Se considerarmos as definições segundo o Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa, Aurélio, nas páginas 514 e 199, sobre as palavras *parâmetros* e *currículos*, podemos constatar que suas definições esclarecem muito sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN para a educação básica. *Parâmetro* está registrado como característica ou variável que nos permite confrontar e diante disto, nos ajuda a definir algo, e *curriculares* encontra-se definido como relacionado ao currículo e à carreira escolar. Portanto, os PCN, criados há mais de 11 anos, surgem como um documento federal pensado por vários especialistas do Ministério da Educação e Cultura - MEC para auxiliar e garantir um ensino brasileiro baseado no conhecido senso comum.

Vale ressaltar que tais parâmetros têm incorporado aperfeiçoamentos e adequações à medida que são analisados e aplicados em cada região. Neste sentido, comparar o que diz o referido documento, adequá-lo e defini-lo conforme a conjuntura de cada localidade faz parte de um processo de definição de um currículo educacional, possibilitando assim, em todas as localidades do Brasil, um ensino mais unificado e que incorpore as respectivas especificidades, conforme o enunciado:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. (PCN-Arte, p. 13)

O principal objetivo dos PCN é garantir às crianças e jovens o acesso aos conhecimentos básicos da educação, colocando-os num patamar de crescimento intelectual constante que lhes proporcione identificar suas responsabilidades perante a sociedade em

que estes estão inseridos, construindo assim a cidadania. Podemos dizer também que os PCN são referências, bases nacionais, eixos norteadores para o currículo da educação básica, bem como, um documento que permite reflexões constantes por parte dos professores e pesquisadores de suas práticas diárias, ajudando-os na elaboração e revisão dos projetos pedagógicos de cada entidade de ensino. Tal Programa permite garantir a todos a qualidade no ensino, sendo este o foco do PCN. Bom dizer que os PCN estão periodicamente sofrendo avaliações e revisões, ou seja, não é um evento estático e com parecer único.

Como outras áreas de conhecimento, a Arte também foi contemplada pelos PCN e, neste caso, os referenciais para este ensino fez muita diferença, já que o ensino de arte como currículo escolar obrigatório veio praticamente junto com a criação desse Programa. Se levarmos em consideração que a arte na escola, como disciplina obrigatória, está apenas dando seus primeiros passos e de que precisa ainda de muitos cuidados e atenção para se solidificar dentro dos sistemas educacionais, vemos que o PCN-Arte é de fundamental importância, por trazer especificamente eixos norteadores para aplicação das aulas de arte em suas quatro linguagens, sendo: Artes Visuais, Música, Dança e Teatro. Em uma realidade onde se tem poucos professores licenciados em Arte e em que a maioria destes não foi formada especificamente para cada linguagem da arte, os PCN ganham ainda mais valor, pois ajudam na elaboração dos projetos pedagógicos, auxiliando no cotidiano dos professores formados em outras áreas, os quais se arriscam em prol da educação no sentido de compor o quadro de arte/educadores dentro de algumas escolas brasileiras.

De acordo com edição especial da Revista Arte na Escola, datada de junho de 2008, encontramos uma passagem que aborda a opinião de especialistas sobre o PCN. As professoras Doutoras da Universidade de São Paulo - USP, e também elaboradoras do PCN-Arte, Maria Heloísa Ferraz e Rosa Iavelberg, assim consideram:

Na visão das especialistas, os PCN possibilitaram avanços, pois trouxeram a necessidade de discussão do currículo da Arte, do papel do especialista, da formação dos professores e da inserção do professor de Arte no ensino fundamental, do 1º ao 5º ano. (Revista Arte na Escola, 2008, p. 3).

A introdução do PCN-Arte é muito significativa para o entendimento da verdadeira essência do ensino de Arte nas escolas. Podemos observar o quanto ele se preocupa com o ensino aprendizagem das crianças e jovens do Brasil. Em uma das passagens desta introdução, a que mais nos chamou atenção, afirma-se:



O conhecimento da arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a arte ensina que é possível transformar continuamente a existência, que é preciso mudar referências a cada momento, ser flexível. Isso quer dizer que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para aprender. (PCN-Arte, pg. 19).

Aos estudantes do Brasil, o ensino da Arte vem abrir perspectivas, capacitá-los a exercer sua autonomia e pensamento crítico, conscientizá-los de sua participação efetiva e responsável de sua cidadania, interagir e analisar as produções culturais na sociedade, bem como compreender as transformações socioeconômicas. Tudo isso pode ser visto nas concepções de Arte como ensino nas escolas. Portanto, o ensino da Arte é considerado como um conhecimento capaz de transformar vidas.

## **CAPÍTULO II**

### **RIO BRANCO ABRE AS CORTINAS E RECEBE EM SEU PALCO O ENSINO DA ARTE EM NÍVEL SUPERIOR**

#### **2.1 - O Surgimento e Acomodações das Licenciaturas em Arte na Cidade de Rio Branco**

No Brasil, de modo geral, o ensino de arte se expandiu efetivamente a partir da década de 70 do século XX, precisamente com o advento da Reforma Universitária de 1968. Até então, existia formação universitária para bacharéis em Arte e a maioria destas era na linguagem de Artes Plásticas. Nessa época, o graduado que queria exercer a função de professor de arte na escola teria que aumentar sua carga horária em mais um ano, sistema que ficou conhecido como 3+1 (três mais um). Tal acréscimo seria para que o candidato à docência incorporasse em seus estudos as matérias pedagógicas.

Integrando o contexto histórico para a formação de professores de Arte no Brasil, o estado do Acre fundava sua primeira universidade, a Universidade Federal do Acre - UFAC, assim apresentada no ano 1974, pois antes, desde 1964, tinha um formato de Centro Universitário do Acre. Os primeiros cursos a funcionar no referido Centro foram Direito e Ciências Econômicas. Ressalta-se que eram cursos bem aceitos pelo aparelho de estado à época, quando se processava a passagem histórica do Acre, de território a Estado. Tais cursos visavam à formação de economistas e advogados aptos a participarem dos processos de transformações econômicas, políticas, culturais e sociais enfrentadas pelo novo Estado do Acre.

Somente em 1974 foram implantadas, na UFAC as primeiras licenciaturas, que eram em Pedagogia, Letras, Matemática e Estudos Sociais. Após 22 anos de implantação das licenciaturas, veio uma nova lei para educação básica no Brasil, trazendo como novidade o Ensino de Arte nas escolas como parte do currículo obrigatório. Após dez anos de aprovação desta última Lei para o ensino no Brasil, a qual é conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, nº 9394/96, quando se colocou o ensino de Arte como obrigatório nos diversos níveis da educação básica, foi que se iniciou em Rio Branco a primeira graduação em Licenciatura Plena em Arte, no ano de 2006.

A implantação da Licenciatura Plena em Arte deu-se inicialmente com a criação do Curso de Artes Visuais da Faculdade da Amazônia – FAAO, abrindo 50 vagas.

Mas este número era insuficiente diante da demanda existente na cidade de Rio Branco. O curso foi bem concorrido entre vestibulandos rio-branquenses, fazendo com que outras universidades criassem novos cursos de formação de professores de arte e inserisse novas linguagens. Neste sentido, elegemos como ano de referência o de 2006, quando da criação do curso de Artes Visuais pela Faculdade da Amazônia Ocidental - FAAO.

No primeiro semestre do ano de 2011, foi realizada uma pesquisa de campo para fundamentar este trabalho. A coleta de dados visou coletar dados de universidades que oferecessem cursos de licenciatura plena em Artes. A pesquisa contemplou entrevistas e questionários com coordenadores e professores dos cursos, bem como, com graduandos e graduados pelos cursos em voga. Assim, com os dados obtidos a partir dessa metodologia de pesquisa, consideramos que a temática de que trata a presente obra teve o devido suporte técnico-científico, dando-lhe as condições para analisar a fase inicial dos cursos, em 2006, e seus desdobramentos, até o ano de 2011.

Dado o exposto, apresentaremos algumas análises, como resultado da pesquisa de campo. Vale salientar a escassez de fontes bibliográficas sobre o assunto. A precariedade das informações nesta temática explica seu caráter pioneiro, justificando o uso da pesquisa de campo como de fundamental importância para a presente contribuição teórica ao estudo do ensino/aprendizagem de arte em Rio Branco.

Durante entrevista realizada com Marco Lenísio, Coordenador e Professor do Curso de Artes Visuais da FAAO, o mesmo informou que a criação do curso foi motivada por uma pesquisa do mantenedor da faculdade. Este percebeu que o tempo dado pela nova LDB, nº 9394/96, para que os Estados e Municípios se adequassem ao novo sistema de educação, estava se esgotando e a cidade precisava formar professores licenciados na área de Arte para suprir o mercado como um todo, e não somente o ambiente das escolas públicas. Precisava corresponder às demandas das instituições de ensino particular de Rio Branco.

O referido mantenedor viu nesse projeto mais uma forma de contribuir com a cidade e, ao mesmo tempo, ter um curso pioneiro em Rio Branco, com grande potencial de procura. Assim, não só a cidade ganhava, mas também seu ramo de empreendedorismo, considerando que o curso em epígrafe tem um custo mensal, para o ano de 2011, no valor de R\$ 465,00.

Até o ano de 2011, foram iniciadas quatro turmas, e concluídas duas, e, dos 50 primeiros alunos, apenas 10 saíram licenciados para o mercado de trabalho no ano de 2010, como afirma o entrevistado.

(...) Foi através de uma pesquisa de mercado feita pelo mantenedor da faculdade. Este percebeu que este ramo era muito bem vindo à época, pois não existiam faculdades que ofereciam cursos de licenciatura em Arte na cidade e seria um ‘filão’ não só para um empreendedor, mas principalmente para a comunidade que precisava de profissionais da área. (Marco Lenísio, Entrevista concedida em 27 de junho de 2011).

Ainda no segundo semestre do ano de 2006, a UFAC lançou seus primeiros cursos em Licenciatura Plena em Arte, nas linguagens Música e Artes Cênicas. Este último teve sua nomenclatura modificada para Arte Cênica/Teatro após dois anos de funcionamento do curso, como iniciativa do corpo docente e de coordenadores do mesmo. O argumento para justificar a modificação era o reconhecimento de que as Artes Cênicas envolvem outras linguagens, como dança, ópera e circo. Assim, o curso, com esta nova nomenclatura de Arte Cênica/Teatro englobaria a especificidade da área Teatro, mesmo porque a Dança também é uma linguagem específica dentro da nova Lei de ensino. Segundo a professora doutora da UFAC, Andrea Favilla Lobo (2010), tanto a dança quanto o teatro fazem parte das manifestações e técnicas corporais em cena, e tem-se que levar em conta que as duas linguagens têm especificidades diferenciadas em seu ensino/aprendizagem. Para tanto, os profissionais das áreas em questão precisam das formações correspondentes a cada modalidade. Conforme Lobo,

No estado do Acre, a existência de Cursos de Licenciatura Plena em Arte na esfera pública só ocorre a partir do ano de 2006. Até outubro de 2006, ano de implantação dos primeiros cursos de formação de professores de teatro e de música do estado, não havia nenhum curso superior de formação de professores de arte na Universidade Federal do Acre (FAVILLA LOBO, 2010, p. 91).

Também se considera que a implantação, em Rio Branco, dos cursos de licenciatura em Arte foi impulsionada pela necessidade da própria classe artística. Este segmento foi um dos responsáveis pelo advento do ensino de arte em Rio Branco, tanto no âmbito formal das escolas como em nível informal. Os artistas/professores precisavam de formação especializada e técnicas próprias da área de arte.

Muitos desses sujeitos já estavam inseridos, de alguma forma, na rede estadual ou municipal de ensino. Foi nesse pré-texto que aconteceram reuniões regularmente entre universidades e arte-educadores, formados em outros Estados, professores com graduação ou especialização inicial em outras áreas do conhecimento, mas

que exerciam, dentro das escolas, a função de arte-educadores e artistas/professores. Esses discutiam, desde 2003, a importância e urgência da criação dos cursos para formação de professores de Arte. Encontros periódicos no Campus da UFAC apresentavam debates sobre: a importância e a real necessidade de se criar cursos para formação de professores em Arte; qual seria a linguagem da Arte mais propícia para o momento; quem seriam os supostos professores para o curso de formação. Tornava-se cada vez mais patente e preocupante o fato de que em Rio Branco não se dispunha de muitos profissionais formados neste campo.

Paralelamente às referidas reuniões, porém, com a mesma intenção, e mediante iniciativa dos mesmos sujeitos, foi levantada esta bandeira no âmbito da UFAC, a da urgente necessidade de criação de cursos para formar professores de arte. A Secretaria Estadual de Educação-SEE/AC também se organizava para proporcionar cursos nessa área e assim formar arte-educadores que pudessem atender a rede de ensino básico do Estado.

Durante entrevista com a responsável pelo polo de Rio Branco, do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB, no Acre, a Sra. Nilzete Costa, foi revelado que, desde 2005, o Governo do Estado se preocupava com a área de formação do arte-educador, e buscava soluções emergenciais.

No final de 2006 foi firmada parceria com as instituições UAB, Universidade de Brasília-UnB e SEE-AC, quando houve o primeiro processo seletivo para ingresso nos cursos de Artes proporcionado por estas instituições na cidade de Rio Branco. Os cursos oferecidos eram: Arte/Teatro; Música e Artes Visuais.

Assim, em agosto de 2007, foi realizado o primeiro vestibular para os cursos de licenciatura em Artes à distância, pela UAB/UnB, não só para o Estado do Acre, mas em outros municípios do Brasil. O Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – CESPE/UnB foi responsável pela seleção, sendo o edital do vestibular elaborado pela UnB. No edital constava que seriam disponibilizadas 1.080 vagas para todo o país, sendo uma cota para professores já inseridos na rede pública de ensino e que precisavam de formação superior no âmbito estadual e municipal de Rio Branco, e outra cota para atender a demanda social. Vale ressaltar que este edital também ofertou vagas em outras áreas do conhecimento, como Letras, Pedagogia e Educação Física.

A Universidade de Brasília, em convênio com o Ministério da Educação, torna pública a realização de vestibular, em agosto de 2007, destinado a selecionar candidatos para ingresso em cursos de licenciatura na modalidade de educação a distância. (EDITAL N.º 1 – UnB/UAB, de 2 de julho de 2007, p. 1).

Nas disposições preliminares do mesmo edital consta o objetivo desta seleção, assim consideram o foco maior,

[...] Os cursos de graduação a distância constantes deste edital da UnB visam ampliar e interiorizar a oferta do ensino superior público, gratuito e de qualidade no Brasil, bem como incentivar a formação de professores das redes públicas de ensino que não tenham habilitação legal exigida para o exercício da função (licenciatura) e outros interessados. (EDITAL N.º 1 – UnB/UAB, DE 2 DE JULHO DE 2007, p. 1).

Para melhor visualização da situação das vagas para os cursos de licenciatura plena em arte educação, segue tabela:

**Tabela 1 – As linguagens da Arte e os números de vagas ofertadas para Rio Branco pelo Programa UAB/UnB – SEE-AC.**

<b>Polo/Estado</b>	<b>Cursos</b>	<b>Vagas Demanda Social</b>	<b>Vagas para professores em exercício da rede pública de ensino</b>
Rio Branco	Artes Visuais	10	10
	Teatro	07	08
	Música	07	08

Estas instituições de ensino, ao implantarem os cursos de licenciatura em Artes, o que ocorreu a partir de outubro de 2006, começando com a FAAO seguida da Universidade Federal do Acre e por fim a UAB/UnB, em 2006, também estavam realizando um ato pioneiro na região Norte. Até então não eram registrados cursos desta natureza em outros Estados dessa região. Somente no Pará foi registrado um curso técnico em teatro que precedeu a esta data, como aponta Lobo (2010),

A região Norte do país possui um número reduzido de Cursos Superiores de Teatro ofertados nas instituições federais de ensino superior. Nesse universo, o Acre é pioneiro em relação aos outros estados, conforme tabela abaixo. ( Lobo, p. 91)

Com base em dados apresentados por Lobo (2010), a partir da tabela abaixo é possível comprovar o pioneirismo das universidades de Rio Branco. A tabela é clara e validada pelo E-mec.

**Tabela 2 - Instituições Federais de Ensino Superior Cadastradas no MEC para a Região Norte: Cursos de Teatro e/ou Educação Artística, (setembro/2010).**

<b>Instituições Federais de Ensino Superior – Estados da região Norte</b>	<b>Cursos Presenciais</b>	<b>Ano de Implantação dos Cursos de Teatro</b>
UFAC	Arte Cênica: Teatro – (licenciatura)	2006
UFPA	Educação Artística Teatro (licenciatura)	2008 (em extinção)
UNIR	Teatro (licenciatura)	2009

Se sobrepondo à realidade apresentada pelos dados colocados, estava a urgência pela criação dos cursos por motivos relacionados com a nova LDB. Tal Lei previa um tempo máximo de dez anos para que os Estados e Municípios se adequassem às novas regras para o ensino básico do país, culminando, portanto, no ano de 2006. Porém, o que se pode identificar com estas datas é que somente no tempo máximo estipulado pelo MEC se deu início às licenciaturas em Arte em Rio Branco, mas isso já foi ratificado pela Lei, que estabeleceu um período de mais quatro anos para regularização desta situação. Para tanto, o tempo limite exigido a todos os municípios e estados para se adequarem ao sistema foi o ano de 2012, não se prevendo novas datas.

O presente estudo tem como principal enfoque os cursos de Licenciatura Plena em Arte/Teatro oferecidos por duas faculdades na cidade de Rio Branco: a Universidade Aberta do Brasil-UAB em parceria com a Universidade de Brasília-UnB, a partir do ano de 2007, e o curso oferecido pela UFAC, a contar de 2006. O primeiro curso funciona no sistema semipresencial (EAD), e o segundo curso estudado é ministrado de forma presencial, ambos com duração de quatro anos.

## **2.2 - A Qualificação do Ensino em Rio Branco a partir da Criação e Implantação dos Cursos de Arte em Nível Superior**

Neste momento, seria precipitado fazer algum julgamento sobre a qualidade do ensino básico em Rio Branco em relação às aulas de arte na escola, ministradas por professores especializados, pois a implantação dos cursos, em 2006, e sua trajetória até 2011, pode-se dizer que representa apenas um primeiro ato de uma longa peça. Mesmo

com alguns sujeitos formados nestes cursos ainda estamos longe de alcançar um número suficiente de professores licenciados em Arte para atender a demanda das escolas locais.

Mas é bom ressaltar o quanto é notória a expansão do ensino de arte nas escolas de Rio Branco atualmente. A atual situação das escolas e o ensino de Arte ainda se pautam, a grande maioria, nos professores formados em áreas afins, como exemplo, pedagogia e que lecionam a disciplina arte, este quadro não é comum somente nessa cidade, mas em todo país.

Inicialmente identificamos o perfil dos profissionais responsáveis por esta área, denotando algumas das concepções sobre sua função, e, posteriormente, nos detemos à organização da disciplina na escola e na sala de aula. Tal análise se organizou em pesquisa de campo já citada neste trabalho.

O perfil profissional do arte-educador em Rio Branco é com formação inicial em outras áreas, como dito anteriormente, estes utilizam o velho sistema de ensino que é a Polivalência. Devido a grande demanda de escolas e turmas, esses professores são de grande importância, pois são eles os responsáveis pelo ensino/aprendizagem da arte.

Constatou-se que esses profissionais são vinculados ao quadro de professores das Secretarias de Educação Municipal e/ou Estadual, e que são remanejados para áreas afins à sua graduação inicial, em decorrência da necessidade de ocupação das vagas. Muitos destes não querem exercer funções fora da sua formação, porém são convidados, de alguma forma, a participar nesta condição, bem como, a completarem sua carga horária semanal, que é de 20h, lecionando em turnos diferentes. Tal procedimento é bastante frequente com a disciplina Arte, uma vez que esta possui uma carga horária relativamente pequena, com apenas 50min semanais para cada turma. Na maioria dos casos, os arte-educadores precisam trocar de escola duas vezes ao dia para cumprir seus horários.

As escolas de Rio Branco possuem, no mínimo, um professor de arte para atender a cada um dos três turnos, mas vale ressaltar que poucos deles têm formação na área de Arte. Em 2010, a título de exemplo, foram lançados no mercado de trabalho 11 arte-educadores, como resultado das primeiras turmas iniciadas em 2006, assim distribuídos: 07 de Teatro, 01 de Música e 15 de Artes Visuais, totalizando 23 especialistas da arte desde 2006. Esses professores atualmente estão nas redes públicas e particulares de ensino da cidade de Rio Branco.



Nossos professores não lecionam especificamente uma linguagem da Arte, pois trabalham no sistema de polivalência, com predominância em Artes Visuais. Alguns professores relataram nas entrevistas que o plano de curso para artes nas suas escolas está dividido com 25% para cada linguagem, distribuídos em quatro bimestres no ano letivo. Eles relatam que a Dança nunca entra nas salas de aula, pois não adquiriram habilidade e conhecimento em tal linguagem. Apesar desse fato, a Dança é muitas vezes requerida pelas coordenadoras de ensino das instituições. Assim, os professores tentam seguir o planejamento de suas aulas da seguinte forma: lecionam com mais frequência a linguagem Artes Visuais e procuram sempre apresentar e despertar nos alunos as demais linguagens.

Os professores formados nas linguagens da Arte, supramencionados, lançados no mercado em 2010, utilizam sua formação especializada e a aplicam em suas aulas, mas é prática corrente no interior das escolas de Rio Branco que estes profissionais sejam destinados a lecionar as quatro linguagens, apesar de um arte-educador formado em uma linguagem específica, saber muito pouco sobre outras linguagens. Porém, este não é um indicativo negativo, com efeito nos anos vindouros e com mais profissionais formados para área, esse quadro irá mudar.

### CAPÍTULO III

#### REFLEXÕES E PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DA ARTE NAS ESCOLAS DE RIO BRANCO

##### 3.1 - Reflexão sobre o Benefício da Qualificação dos Professores

Os dados apresentados na Tabela 3 representam um avanço considerável para a cidade de Rio Branco, na medida em que suscitam ótimas expectativas ao arte-educador em formação. Tais dados são alvissareiros em relação à perspectiva de uma educação de qualidade para crianças e jovens desta região, em uma cidade muitas vezes dada como esquecida pelo resto do país, por situar-se distante dos grandes centros. Há aproximadamente 20 anos, sequer havia estradas trafegáveis durante todo o período do ano, dificultando inclusive a chegada de livros didáticos das mais diversas áreas à cidade.

**Tabela 3 - Situação atual dos cursos de Arte na cidade de Rio Branco**

Universidade	Curso/ Licenciatura	Em andamento	Turmas formadas	Licenciados até 2011	Licenciados até jan/2012
FAAO	Artes Visuais	2 turmas	02	15	-
UFAC	Música e Arte	4 turmas	01	01	05
	Cênica Teatro	4 turmas	01	07	10
UAB/UnB	Teatro	2 turmas	-	-	05
	Música	2 turmas	-	-	01
	Artes Visuais	2 turmas	-	-	05

São raras as cidades do Brasil em que a totalidade de suas escolas integra arte-educadores com formação acadêmica direcionada para a linguagem da Arte, principalmente que atuem a partir dessa formação específica.

Geralmente, os professores formados pelo curso de Educação Artística são atuantes nas escolas, mas ainda têm uma formação ultrapassada, seguindo os moldes da prática de um ensino de arte polivalente.

Magalhães (2002) considera que a proposta de ensino no sistema de polivalência é ineficaz, pois não oferece o conhecimento específico a cada linguagem da arte, situando tais professores em um patamar profissional abaixo do arte-educador contemporâneo, o que indica a necessidade de iniciativas governamentais no sentido de proporcionar a formação continuada dos mesmos. Conforme Magalhães:

A polivalência – conhecimento superficial de todas as linguagens artísticas – enquanto proposta metodológica evidenciada no ensino-aprendizagem em Arte, revelou-se/revela-se ineficaz para uma formação generalista que não correspondeu/corresponde ao profissional que se pretende formar, com competência para atender às diversas realidades dos contextos culturais brasileiros e às tendências contemporâneas advindas da era tecnológica (MAGALHÃES *apud* BARBOSA, 2002, p. 162).

Sob um ângulo otimista, esta situação, em relação ao caráter polivalente do arte-educador, trouxe resultados favoráveis, principalmente no que concerne à luta que foi enfrentada e que ainda está sendo levada em frente por parte dos que trabalham com arte na escola. Tornou visível a vários atores responsáveis pela educação nacional, a questão da educação através do ensino de Arte, de como este foi e é importante na formação de cidadãos críticos e responsáveis com o meio em que vivem.

Outro aspecto considerado como positivo é o histórico de um tempo dramático de lutas entre arte-educadores e governos, o que confere autoridade a estes movimentos educativos, se levarmos em conta, que são menos de cem anos de embates relacionados à questão educacional vinculada ao ensino de arte, em um país que vem se descobrindo por no mínimo quinhentos anos. Decerto, muitas conquistas já foram alcançadas em tão pouco tempo.

Os benefícios pós-criação dos cursos mencionados são visíveis, não somente dentro da rede de ensino, como também na comunidade rio-branquense em geral. Após a criação dos cursos e no decorrer do processo de formação do arte-educador, foram realizados muitos movimentos e debates com relação ao fazer, apreciar e discutir/contextualizar a arte. Graduandos e arte-educadores formados levaram muitas atividades artísticas para dentro das escolas, bairros e praças do município, como forma de despertar a apreciação artística e, ao mesmo tempo, criar condições experienciais de arte-educador e artista.

Nessas ocasiões de intercâmbio entre estudantes das academias, alunos das escolas e comunidade em geral, eram levantadas as condições do estar ali, para cada comunidade que apreciava as apresentações oferecidas pelo grupo. Os acadêmicos se

apresentavam como futuros arte-educadores e despertavam em estudantes do ensino fundamental e médio a possibilidade de eles também tornarem-se um arte-educador. Estes estudantes cumpriam um papel também de fortalecer o conceito de que no interior das salas de aula a experiência do ensino da arte era também estimulante.

Portanto, paralelamente à formação dentro das academias, os graduandos promoviam uma espécie de socialização para os alunos da rede pública em relação às aulas de arte na escola. A escola tornou-se um espaço onde os arte-educadores em formação estavam frequentemente afirmando e conscientizando sobre a disciplina Arte, enfatizando que a mesma é tão importante quanto às demais.

Conforme registrado nas páginas introdutórias a esse texto, convém lembrar que as análises ora apresentadas foram possíveis considerando nosso conhecimento empírico e experiencial durante quatro anos de graduação em Arte/Teatro na UAB/UnB, e concomitantemente durante dois anos que integramos como aluna o curso de Arte Cênica/Teatro da UFAC. Tais análises baseiam-se também nos anos de atuação como artista e professora, muitas vezes realizando a função de arte-educadora de forma inconsciente.

Com a nova reforma governamental que instituiu o fomento à cultura para os Estados e Municípios, foram instaladas as Câmaras Temáticas de Artes, uma dessas câmaras foi a de Arte Educação. As câmaras são reuniões periódicas onde se discute com a classe interessada as diversas formas para utilização dos recursos públicos financeiros destinados a cada segmento.

Em 2008, criou-se em Rio Branco a Câmara Temática de Arte-Educação, como um desdobramento de cursos que já estavam em andamento e a partir da mobilização de seus estudantes. Estes foram de escola em escola, utilizaram a internet, bem como outros recursos da mídia, para convidar professores que atuavam como arte-educadores a participarem das reuniões, discutindo diversos assuntos referentes ao ensino da arte nas escolas de Rio Branco.

Devido apresentação de um projeto elaborado pela Câmara Temática de Arte Educação, durante essas reuniões periódicas supracitadas, à Fundação de Cultura, Garibaldi Brasil, conseguiram aprovação pela mesma em 2010, foi realizado o I Fórum de Arte-Educação de Rio Branco/AC. O Evento aconteceu nos dias 29 e 30 de setembro daquele ano, resultando em decisões que passariam a integrar o Plano Decenal da Educação para a cidade de Rio Branco.

Tal evento reuniu muitos educadores e responsáveis pelo sistema educacional do município de Rio Branco, tendo abrangência também sobre outros municípios do Estado. Decerto que representou um grande marco para o desenvolvimento da arte-educação na região. Durante dois dias discutiu-se a realidade deste ensino nas escolas, foram debatidas propostas de melhoria para área e, principalmente, foi possível ensinar um processo de conscientização de Diretores e Coordenadores de escolas, bem como de Secretários de Estado, dentre outros agentes do poder público, a respeito da importância do ensino da Arte para o crescimento e desenvolvimento das nossas crianças e adolescentes em fase escolar.

Durante o I Fórum de Arte-Educação, foram organizadas mesas-redondas e palestras, ministradas por especialistas na temática em nível nacional, dentre os quais podemos citar a Prof. Dra. Márcia Strazzacappa e Rosa Iavelberg, e outros professores de grande autoridade nos conhecimentos relacionados à Arte-Educação em Rio Branco, e no Acre como um todo.

Como consequência do referido Fórum<sup>2</sup> criaram-se alternativas no sentido de esclarecer questões que eram tidas como desconhecidas, principalmente por parte de alguns responsáveis pela Educação Básica do Estado.

Ainda em 2009, aproveitando uma reunião realizada por ocasião do encontro do Polo “Arte na Escola” no Acre, professores e estudantes dos cursos de Teatro, Música e Artes Visuais das universidades, Universidade Federal do Acre, Faculdade da Amazônia Ocidental e Universidade de Brasília, criaram a Associação de Arte-Educadores. A mencionada Associação encontra-se ainda em processo de legalização, devido a diversos problemas surgidos após sua criação, sendo o principal desses a falta de quórum nas reuniões.

### **3.2. - O que temos que mudar hoje para conseguir mais qualidade no ensino/aprendizagem da Arte em Rio Branco?**

O atual quadro do ensino da Arte é problemático em todo o país e vem se configurando assim ao longo das últimas décadas. Podemos eleger como principal entrave o da prática da *Polivalência*.

---

<sup>2</sup> Através do site [http://www.youtube.com/watch?feature=player\\_detailpage&v=F8Sh05gJPQM](http://www.youtube.com/watch?feature=player_detailpage&v=F8Sh05gJPQM), pode-se obter mais informações sobre o I Fórum de Arte-Educação de Rio Branco.

Quanto a esse assunto pode se perguntar o porquê da insistência em caracterizar o referido método de ensino como um problema para o ensino da Arte. Simples, porque ele não garante um ensino/aprendizagem de qualidade na área, apresentando um conhecimento de forma fragmentada. Tem-se observado que professores polivalentes não têm competências/habilidades para ensinar em salas de aula com 40 alunos, em média, nem sequer a teoria das quatro linguagens da Arte.

Os PCN orientam o professor de Arte a não aplicar somente a teoria em suas aulas, mas que incentivem os alunos a elaborarem o fazer artístico das linguagens da Arte, bem como à sua apreciação. A polivalência vem com a Proposta Triangular para o ensino de artes, conforme Barbosa, 1998. Trata-se de uma metodologia que vê como fator principal a integração entre três movimentos: o fazer, o apreciar e o contextualizar do ensino de Arte (PCN-Arte, p. 25).

Porém, vale ressaltar que a polivalência traz também muitas vantagens para o ensino de arte como um todo, isto se considerarmos a realidade de escassez de arte-educadores especialistas, não se trata de defender este método, mas, para a conjuntura educacional do país, e em particular de Rio Branco, ainda é ferramenta útil ao ensino de arte nas escolas.

Apesar das controvérsias nos debates entre os profissionais envolvidos, a polivalência permanece como método de ensino da arte mais utilizado em Rio Branco e no Brasil, tendo em vista que os professores de hoje e de ontem, em outras palavras, os especialistas, os professores formados em Educação Artística e os professores com formação inicial em outras áreas, mas que lecionam arte na escola, são incumbidos de lecionar as quatro linguagens.

Outras dificuldades enfrentadas pelos professores de arte em Rio Branco relacionam-se a: espaço físico, material didático, o preconceito com que se encara o arte-educador, a carga horária destinada à disciplina, a necessidade de atualização na formação do arte-educador, através de cursos e oficinas que ministrem sobre novas tendências da arte contemporânea.

O espaço físico, nas escolas, destinados ao ensino da arte-educação é a própria sala de aula, que na maioria das vezes é inadequado às aulas práticas. Aplicar aulas práticas de arte nesses espaços tem-se evidenciado contraproducente, por se tratar de atividades que trazem características específicas inerentes ao fazer artístico, diante dos exercícios que são exigidos pelas quatro linguagens. Sabe-se que aulas práticas de arte não

acontecem, muitas vezes, de maneira silenciosa, como é possível na ministração de disciplinas de outras áreas do conhecimento. Tais aulas requerem atividades físicas e também em grupos. Por exemplo, executar jogos teatrais com uma turma do ensino básico de 40 alunos, em média, em uma sala de aula, gera barulho perturbando o ensino em salas conjugadas. Torna-se imprescindível que as escolas tenham salas apropriadas para aplicação das aulas práticas em arte, que permitam o pleno desenvolvimento do ensino de arte em suas diversas linguagens, como a dança, a música etc

É bastante comum o fato de professores de arte serem abordados por professores de outras disciplinas com a seguinte indagação: “*Que bagunça era aquela na sua sala?*” ou “*Será que poderia fazer menos barulho, pois está incomodando minhas aulas?*”. Tal situação gera de imediato um preconceito contra as aulas de Arte, que se estende também ao professor de arte.

Para termos sucesso nas aulas de arte e cumprir os Referenciais e Parâmetros Curriculares Nacional e Estaduais, as escolas devem possuir, no mínimo, um espaço reservado para as aulas práticas de Arte.

Acreditamos que seria conveniente, desde a reformulação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e criação dos PCN (1997-98), ter se pensado em edição de livros didáticos para o ensino de Arte, bem como, apresentar os valores e importância desta área do conhecimento para todos os agentes da educação básica, tais como professores em geral, gestores, pais, funcionários das escolas, enfim, abarcando todos os segmentos de trabalhadores envolvidos com a educação.

Referindo-se ao aspecto da carga horária das aulas de arte, considera-se como sendo de curta duração. São apenas 50 minutos por semana em cada turma. Esse problema já foi bem discutido entre os respectivos encarregados, mas nada mudou desde que foi estabelecida a obrigatoriedade do ensino de arte nas escolas. Neste sentido, se a Arte é definida enquanto uma disciplina como qualquer outra, e que, por sua vez, traz conhecimentos específicos a cada uma de suas linguagens, é de se perguntar por que sua carga horária é tão inferior em relação a outras. Constata-se, a partir dessas referências, o quanto é urgente rever a distribuição de carga horária e fazer as adequações quanto ao tempo destinado às aulas de Arte.

A revisão bibliográfica apresentada nesta pesquisa tem enfatizado a expansão do ensino das artes em nível superior, o qual vem impulsionando o aperfeiçoamento e regulamentando o ensino básico de Rio Branco. Mesmo diante de

alguns desafios a serem enfrentados, estamos caminhando em direção a uma educação que permita ao sujeito ter criatividade e experiências estéticas, com intervenções positivas e fortalecedoras de suas identidades e ações sobre a sociedade rio-branquense.



## CONCLUSÃO

De forma inicial, vem se revelando os benefícios que o processo de formação de nível superior em arte está trazendo para a educação de Rio Branco, bem como para todo o Brasil.

É notável a preocupação em várias instâncias sociais, governamentais e educacionais, sobre a urgência que se tem por criar novas oportunidades para formação do professor de Arte, demonstrando o vasto caminho que se ainda há de percorrer.

É louvável a atual preocupação dos governantes com a formação de professores, a exemplo deste programa governamental da Universidade Aberta do Brasil - UAB, o qual serve de comprovação do referido interesse do governo em qualificar professores sob um sistema inovador e, ao mesmo tempo, conectado com a perspectiva mundial proporcionada pela modalidade do ensino a distancia.

Vale ressaltar que as ações desenvolvidas são insuficientes, pois o momento pede maior agilidade no processo de formação de professores de Arte e que consiga chegar até os municípios mais distantes de um país tão grandioso em espaços geográficos, bem como diverso em termos culturais.

A necessidade de maiores investimentos na área de arte-educação é premente diante da inquietude de toda uma sociedade que ambiciona um crescimento intelectual, o qual, por sua vez, pressupõe a existência de profissionais qualificados, contribuindo para tornar possível o sonho do ensino de qualidade.

Esperamos que o presente estudo permita a produção de olhares mais críticos sobre a urgência de criação de novos cursos superiores em Arte Educação, com qualidade, para que os professores formados possam contribuir também, para uma nova configuração sobre o que temos hoje nas escolas, viabilizando reformas de ensino para aqueles que, de certa forma, já são arte-educadores, mesmo não possuindo formação inicial na área, mas que estão comprometidos com o crescimento dos alunos e seu desenvolvimento cultural.

Esta classe de professores precisa de auxílio para prosseguir atuando na arte-educação, uma ajuda que poderia vir tanto dos cursos de graduação e pós-graduação, quanto dos professores com formação específica no ensino da Arte.

Como citado anteriormente, o Brasil ainda precisa de tempo para suprir as escolas com professores especializados no ensino da arte na escola, e particularmente, a

cidade de Rio Branco necessita de ações mais imediatas no sentido de suprir a demanda desse intelectual formador de mentes mais conscientes em cidadãos que se tornem mais responsáveis pela história de seu lugar.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Clarisse M. de – UFPE. Disponível em:  
[http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/grupo\\_estudos/GE01-3073--Int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/grupo_estudos/GE01-3073--Int.pdf). Acesso em: 22 de setembro de 2011.
- BARBOSA, A. M. **A imagem no ensino da arte**: anos oitenta e novos tempos. São Paulo: Perspectiva; Porto Alegre: Fundação IOCHPE, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Recorte e colagem**: Influências de John Dewey no ensino da Arte no Brasil. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Arte-educação no Brasil**: das origens ao modernismo. São Paulo: Perspectiva/Secretaria da Cultura, Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte**. São Paulo: Cortez, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Arte-Educação no Brasil**: Realidade Hoje e Expectativas Futuras. Tradução de Sofia Fan, 3 Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- \_\_\_\_\_. Conclusões. In: **John Dewey e o ensino da arte no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 169-172.a.
- BRASIL**. Leis de diretrizes e bases da educação Nacional, Brasília: MEC/SEF, 1996.
- BRASIL**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7/v3n7a10.pdf>. Acesso em: 22 de setembro de 2011.
- BRASIL**, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF. 1998.
- BRASIL**. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/SEF, 1997. Parâmetros Curriculares Nacionais. 2. Arte : Ensino de primeira à quarta série.
- DUARTE JR, João Francisco. **O sentido dos sentidos**: a educação do sensível. Curitiba: Criar Edições, 2001.
- DUTRA, Lidiane. **Percorso da imagem no ensino de arte brasileiro**. Disponível em:  
<http://www.webartigos.com/S/d>). Acesso em : 22 de setembro de 2011.
- FAVILLA LOBO, Andrea M. **Experiência e formação**: o fazer teatral nas trajetórias docentes. 2010. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- FUSARI, Maria F. de Resende; e Ferraz, Heloísa C. de T. A. Educação Escolar em Arte tem uma História. In: **Metodologia do Ensino de Arte**. São Paulo: Cortez Editora, 1992. p. 26-37 (Coleção Magistério-2º Grau)

MAGALHÃES, Ana del T. V. Ensino de Arte: Perspectivas com base na prática de ensino. In: BARBOSA, A. M. (org.). **Inquietações e mudanças no ensino da Arte**. São Paulo: Cortez, 2002.

OSINSKI, Dulce. As Academias e o Surgimento do Neoclassicismo. In:\_\_\_\_\_. **Arte, história e ensino: uma trajetória**. São Paulo: Cortez Editora, v. 79. 2002 (Questões da Nossa Época). p. 31-43.

**Parâmetros Curriculares Nacionais: 1ª a 4ª Séries do Ensino Fundamental**. Secretaria de Educação fundamental. Brasília: MEC; SEF. 1997.

**Parâmetros Curriculares Nacionais: 5ª a 8ª Séries do Ensino Fundamental**. - Secretaria de Educação fundamental. Brasília: MEC; SEF. 1998.

**REVISTA ARTE NA ESCOLA**. Boletim nº 50. Edição de outono. São Paulo. Junho de 2008.

SANTANA, A. P. de. **Teatro e formação de professores**. São Luís: EDUFMA, 2000.

\_\_\_\_\_. **Questões Conceituais sobre o Aprender e Ensinar Teatro**. Disponível em: [http://www.cespe.unb.br/vestibular/UAB2007/arquivos/ED\\_1\\_2007\\_UNB\\_UAB\\_ABT.PDF](http://www.cespe.unb.br/vestibular/UAB2007/arquivos/ED_1_2007_UNB_UAB_ABT.PDF). Acesso em: 08 de novembro de 2011.

SILVA, Everson Melquíades Araújo. UFPE. Disponível em: [http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/grupo\\_estudos/GE01-3073--Int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/grupo_estudos/GE01-3073--Int.pdf). Acesso em: 22 de setembro de 2011.

<http://arteducacaorb.blogspot.com/2010/08/i-forum-de-arteducacao-de-rio-branco.html>. Acesso em: 22 de setembro de 2011.

<http://www.uab.unb.br/index.php/institucional/historico>. c

[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb22\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb22_05.pdf) . Acesso em: 22 de setembro de 2011.

[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/formcont\\_ufac\\_todos.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/formcont_ufac_todos.pdf) . Acesso em: 08 de novembro de 2011.

<http://www.arteducacaorb.blogspot.com/>. Acesso em: 08 de novembro de 2011.

[http://www.cespe.unb.br/vestibular/UAB2007/arquivos/ED\\_1\\_2007\\_UNB\\_UAB\\_ABT.PDF](http://www.cespe.unb.br/vestibular/UAB2007/arquivos/ED_1_2007_UNB_UAB_ABT.PDF) p.2. Acesso em: 22 de setembro de 2011.

[http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia\\_ic/index.cfm?fuseaction=marcos\\_texto&cd\\_verbete=3757](http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=marcos_texto&cd_verbete=3757) . Acesso em: 08 de novembro de 2011.

<http://www.webartigos.com/artigos/o-ensino-de-arte-no-brasil/14770/> . Acesso em: 22 de setembro de 2011.